**ATA DA 73ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2018.**

Aos 27 dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, reuniu-se o Plenário do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas - CAU/AL**, na sede do Conselho – Av. Comendador Gustavo Paiva, 2789, loja 08, Mangabeiras, Maceió – AL. Sob a **presidência** de Heitor Antonio Maia da Silva Dores**,** com os **conselheiros**: Gianna Melo Barbirato, Pollenya Rhamadavya Costa Pontes, Ricardo Victor Rodrigues Barbosa, Margíria Mércia Carvalho Oliveira França, José Adenilton Santos Andrade, José Rafael dos Santos Cordeiro Oliveira, **a conselheira federal** Josemée Gomes de Lima e o **Assessor Especial, secretário *ad hoc* deste conselho,** Luiz Alberto Medeiros de Sá. **1. Abertura:** O presidente **HEITOR MAIA**, às dezenove horas, iniciou a reunião. **2. Execução do Hino Nacional Brasileiro:** Em virtude de problemas com o equipamento de audiovisual não foi possível à execução do Hino Nacional Brasileiro. **3. Verificação da pauta:** O presidente **HEITOR MAIA** leu a pauta e perguntou se alguém teria alguma observação, dúvida ou mesmo necessidade de esclarecimento, e como não houve nenhuma objeção aprovou a ordem do dia. **4. Discussão e aprovação da Ata da 72ª Reunião Plenária Ordinária:** As atas foram aprovadas por 06 (seis) votos a favor, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e 02 (duas) ausências. **5. Apresentação de Comunicações: a) do Presidente (Do Presidente (Processo 735611/2018 - execução de atividades de forma remota – teletrabalho; Anteprojeto de resolução sobre aplicação de superávit dos CAU/UF)**. O presidente Heitor Maia, aproveitando a presença da Conselheira Federal Josemée Gomes, solicitou que a conselheira deixasse todos a par das novidades do CAU/BR e da Comissão Especial de Política Profissional - CPP. A Conselheira informou que foi criada uma Comissão Temporária de Fiscalização que trabalhará na execução de três produtos (plano nacional de fiscalização, resolução de fiscalização e relatório de avaliação pós implantação do plano nacional de fiscalização) e uma Comissão Temporária de Registro que trabalhará na revisão e compilação de cerca de 20 resoluções que tratam sobre o tema. Em relação a CPP a conselheira comunicou que a comissão havia tido uma reunião ordinária, uma extraordinária e uma técnica com a Caixa Econômica Federal sobre o construcard e que após essas reuniões A CEF procurou a comissão para informar que discutiram e entenderam que no construcard agora pode ser usado 15% o valor financiado para pagamento de projeto de arquitetura. Na reunião ordinária discutiram sobre a forma que o CAU/BR poderá utilizar os 2% do orçamento destinado ao projeto ATHIS. Foi informado também que a Comissão estava pensando em fazer uma publicação impressa no fim do ano sobre os projetos desenvolvidos e apoiados pela Comissão e pelo CAU/BR sobre o ATHIS, nos moldes da publicação feita pela CPUA no ano passado e que estavam alinhando com o CAU/SP uma plataforma que reúna todas as ações de ATHIS no mesmo ambiente, dentro do site do CAU, além de discutir a realização de um seminário no fim do ano, onde pretendem apresentar todos os projetos desenvolvidos pelos CAU/UF em 2018. A conselheira comunicou que na reunião extraordinária, em Belém/PA, reuniram-se com os conselheiros e o presidente do CAU/PA e discutiram sobre a forma que estão tratando os projetos de ATHIS, visitaram a comissão de regularização fundiária da Universidade Federal do Pará, que trata de um projeto com o Ministério das Cidades de regularização de áreas na Amazônia tanto urbana quanto rurais, visitaram o bairro Terra Firme, que é uma área invadida com necessidade da presença do arquiteto e urbanista e haviam participado do 6º Seminário de Empreendedorismo em Arquitetura e Urbanismo, com a presença do prefeito de Belém, do presidente da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano, do Ministério Público do Estado e de representantes de Instituições de Ensino Superior em arquitetura e urbanismo, com mais de 200 participantes. A conselheira comunicou também a parceria que o CAU/BR firmou com a Artemísia, que é uma aceleradora de Startup em negócios sociais e que a comissão participará da próxima reunião do Fórum de Presidentes, por solicitação da Coordenadora, para propor aos CAU/UF uma forma de utilização dos 2% destinados à ATHIS. O presidente Heitor agradeceu a Conselheira Federal pelas informações compartilhadas e deu início aos seus informes. O presidente informou que a Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/BR, através da deliberação nº 045/2018 havia suspendido a deliberação CED nº 104/2017 que tratava sobre a reserva técnica. Tal deliberação suspende uma tabela que tipifica e exemplifica a relação entre arquiteto, fornecedor e profissional no campo ético. A tabela estava sendo usada por vários CAU/UF para fundamentar e nortear as aberturas de processos éticos. A suspensão deixa os CAU/UF órfãos de documentos com critérios mais objetivos. Tendo em vista que os CAU/UF possuem autonomia para tal, o presidente solicitou que a CED/AL elaborasse uma deliberação para apreciação do plenário, similar a deliberação plenária nº 176, de 22 de setembro de 2017, do CAU/SC ou deliberação CED nº 104/2017 CED/BR. Em relação ao anteprojeto de resolução sobre aplicação de superávit dos CAU/UF o presidente informou que se aprovada, autorizará a utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores, em projetos específicos com duração não superior a um exercício, de caráter não continuado, em ações cuja realização seja suportada por despesas corrente e que essa utilização não está sujeita à prévia autorização do CAU/BR, pois cada CAU/UF é responsável pelo uso de seus recursos e que a utilização desse recurso fica limitado a no máximo 5% da previsão das receitas correntes para o exercício, sendo vedada a utilização para remuneração de pessoal. Em relação ao processo 735611/2018 - execução de atividades de forma remota – teletrabalho, o Presidente informou que o Analista de Fiscalização Pedro Diogo Dantas abriu solicitação para trabalhar de forma remota. Tal solicitação se deve a necessidade familiar em permanecer em Fortaleza/CE a cada 15 dias. Na solicitação, é destacada que o sistema do CAU (SICCAU) que funciona de forma on-line e que as ações “in-loco” seriam realizadas nos outros dias que estivesse em serviço no CAU/AL, durante a estadia em Maceió/AL. Ficou comprovado que as ações de fiscalização e apuração de denúncias não seriam prejudicadas, sem prejuízo ao planejamento da CEP/AL. O processo foi analisado pelo jurídico do CAU/AL, o que reconheceu a legalidade da atividade remota prevista na CLT, natureza empregatícia do cargo que ocupa, dando parecer favorável ao trabalho remoto. **6. Ordem do dia: 6.1. Aprovação do orçamento de 2019; (Origem: Comissão de Administração e Finanças – CAF).** O diretor geral Norlan Dowell externou em planilhas, para que todos os presentes pudessem acompanhar, o plano de ação e orçamento do CAU/AL para 2019 conforme as diretrizes já apresentadas pela gerência administrativa durante a 72ª Plenária. Essa apresentação consta como anexo I a esta Ata como se aqui estivesse transcrita. Todos os pontos devidamente explicados, o plano de ação e orçamento foi aprovado por todos os conselheiros presentes. **6.2. Designação de conselheiro relator processo nº 456825/2016 proveniente da Arquiteta e Urbanista Diva Carolina sobre a Cartilha de Acessibilidade a calçadas; (Origem: Presidência).** O processo foi encaminhado para Comissão de Exercício Profissional para que seja designado o conselheiro relator do processo n° 456825/2016, proveniente da Arquiteta e Urbanista Diva Carolina Antas de Assis sobre a Cartilha de Acessibilidade a calçadas. **6.3. Definições referente ao evento comemorativo ao dia do Arquiteto; (Origem: Presidência).** Após estudo e discussão do calendário, foi definido o dia 11/12/2018 como data para comemorar o dia do arquiteto e premiar os ganhadores do Prêmio Zélia Maia Nobre. **7. Encerramento:** Tendo os pontos de pauta sido devidamente discutidos e deliberados, a palavra ficou livre aos conselheiros. O conselheiro Ricardo Victor informou que no período de 5 e 6 de setembro de 2018, havia participado, como membro da Comissão de Ensino e Formação e da Comissão de Exercício Profissional, do Seminário “Arquitetura e Urbanismo: da formação à atribuição profissional”, realizado em São Paulo, capital. O evento foi estruturado com a realização de cinco mesas temáticas distribuídas nos dois dias de evento. A primeira mesa tratou sobre patrimônio histórico, cultural e artístico. Nesta mesa, o professor Andrea Pane explanou a experiência das disciplinas desta área na Universidade de Nápoles. A tônica da discussão se deu a partir da compreensão de que as disciplinas de Restauro devem ser encaradas como Projeto de Arquitetura; ou seja, que seja propositiva e não apenas teórica. A segunda mesa foi sobre Arquitetura de Interiores. Nesta mesa foi debatido o programa “Concorrência com valor”, devido à prática rotineira, e desleal, de concorrência entre escritórios que trabalham com projetos de interiores. A terceira mesa ocorreu na manhã do segundo dia de evento e teve como temática Arquitetura Paisagística. Nesta mesa, foi levantado que a titulação profissional deveria incorporar o título de Paisagista. Ademais, foi enfatizada a questão de que Paisagismo não é jardinagem e que a abordagem do paisagismo não deveria ser considerada complemento da Arquitetura e do Urbanismo, mas integrada com ambas no desenvolvimento dos projetos. Em seguida, houve a mesa de Planejamento Urbano e Regional. A tônica da discussão deu-se sobre mobilidade urbana e a maior inserção de discussões sobre políticas públicas nos cursos de graduação. Na tarde do segundo dia ocorreu a última mesa, com a temática Projeto de Arquitetura e Urbanismo. Nesta mesa foi discutido que o ensino de Arquitetura no Brasil supervaloriza o Projeto, esquecendo que Arquitetura é obra construída. Neste sentido, discutiu-se a necessidade de dar maior enfoque à materialidade do projeto de arquitetura, com maior destaque à construção civil. Por fim, próximo ao encerramento, foi feita leitura do relato-síntese de cada mesa e apontando alguns encaminhamentos para os próximos seminários. Nesta oportunidade, foi reforçado a necessidade de se discutir o ensino à distância do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que se apresenta como uma realidade, haja vista a existência de seis cursos nesta modalidade em curso no país, e a realização do “Exame de Ordem” como requisito ao registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O presidente **HEITOR ANTONIO MAIA DA SILVA DORES**, às 21 horas do dia 27 de setembro de 2018, encerrou a 73ª Plenária Ordinária do CAU/AL, agradecendo a paciência e desejou a todos uma boa noite.

**HEITOR ANTONIO MAIA DA SILVA DORES**

Presidente do CAU/AL

**LUIZ ALBERTO MEDEIROS DE SÁ**

Assessor Especial do CAU/AL